



A propósito de
O Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental
José d'Encarnação*

Um trabalho denso em análise
e de perspectivas promissoras

Defendeu Francisco Manuel Salgueiro de Sande Lemos, a 25 de Outubro de 1993, na Universidade do Minho, a dissertação de doutoramento em História (Especialidade em Pré-História e História da Antiguidade) a que deu o título de *O Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*.

Obra muito volumosa, exaustivo repositório de uma informação... infindável!

Tem o volume I a, em jeito de subtítulo, a indicação do conteúdo das suas 271 páginas: estudos de Arqueologia no Nordeste Transmontano, o quadro geográfico, o povoamento proto-histórico. E esse quadro geográfico (Trás-os-Montes Oriental) é bem delimitado: a oeste, pela Serra da Padrela; a sul e leste, pelo rio Douro; a norte, «pelos últimos contrafortes da cadeia cantábrica, que morrem nas Serras da Coroa e de Montesinho» (vol. I a, p. 18).

* Professor Catedrático de História e Arqueologia: jde@fl.uc.pt

Trata o volume Ib (p. 272-546) do povoamento romano, ou seja, constitui esse o fulcro da investigação levada a cabo: a rede viária, a mineração, os parâmetros cronológicos, os tipos de sítios, matrizes de povoamento, territórios e economia, sociedade e símbolos, quadros de povoamento, conclusões e respectiva bibliografia.

No volume IIa, 458 páginas, temos, depois da introdução, o catálogo dos vestígios arqueológicos do distrito de Bragança, por concelhos, arrumados por ordem alfabética; segue-se, no volume IIb (pp. 459-621), o catálogo referente ao distrito de Vila Real, também por concelhos, completado pela bibliografia exaustiva relativa aos sítios (p. 568-585), e índices utilíssimos: dos sítios, pelo seu nome (pp. 586-607); cronológico, pelas grandes divisões da historiografia – pp. 608-610; tipológico – se *mutatio*, *villa*, povoado mineiro, necrópole... (pp. 611-614); temático, onde se inclui tudo, desde nomes de imperadores e referências a museus, a *terra sigillata*, denários, trigo, vias, *imbrices*... (pp. 615-621).

O vol. III, de estampas (CXXVI), encontra-se organizado segundo os seguintes temas: quadro geográfico; povoamento proto-histórico (mapas de análise do povoamento, aero-fotointerpretação, sistemas defensivos, fotografias de povoados fortificados e desenhos de alçados de muralhas, desenho dos materiais mais significativos); povoamento da época romana (mapas de análise de povoamento, rede viária, mineração, mapas de micro-análise, desenho de materiais, elementos complementares).

Não menos útil, porém, o vol. IV, que sintetiza cartograficamente, em 23 cartas, o que atrás se descreveu e caracterizou.

Claro que se lamenta o facto de não ter sido possível pôr à disposição dos investigadores, através da publicação, tão ingente, imprescindível e precioso acervo documental¹. A extensão foi, naturalmente, um dos óbices, aliado, quiçá, a um outro, nem sempre bem interpretado: é que pesquisa desta envergadura, quando apresentada na sua totalidade, corre um risco muito sério – o de estar desactualizada no preciso momento em que é dada a conhecer. Primeiro, porque foi obra de vários anos; depois, porque a visão de conjunto torna muito mais fácil a detecção de falhas. Tal como a subida difícil a um monte íngreme e de cerrada vegetação: quando se chega ao cimo, rasgadas as vestes, arranhada a

pele, doridos os músculos... é que se vê que outros atalhos havia, mais fáceis, mais directos e... que vasto é o panorama, senhores! Quem tal imaginaria? Mas, para o ver, foi preciso subir a pulso a encosta, picar-se nos silvados, abrir sendas à catana pelos densos carrascais... E, por isso, adia-se hoje, adia-se amanhã e, depois, outros caminhos se abrem de permeio e este, apesar da sua relevância, acaba por ficar para trás.

E, assim, este Trás-os-Montes oriental em época romana acaba por se manter envolto nalgum mistério.

Belarmino Afonso procurou dar continuidade à obra do Abade de Baçal²; Armando Redentor, pela análise das epígrafes da zona de Bragança, actualizou dados relevantes³; achados epigráficos dispersos⁴ levantaram novas questões acerca de influências culturais – que, também aí, as fronteiras actuais em nada se plasmaram com fronteiras antigas... Os Zoelas, mercê do célebre pacto conhecido há longa data, ainda despertam curiosidade⁵. E mesmo uma obra – vasta também ela e não publicada – como a de Sónia M.^a García Martínez⁶, a abarcar toda a epigrafia romana dos *conventus* dessa área, acabou por demonstrar que, afinal, é muito mais o que desconhecemos do que as certezas que vamos procurando ter...

Razões para uma pesquisa

Será, porventura, interessante para a história da investigação sobre a ocupação romana em Portugal integrar a dissertação de Francisco de Sande Lemos no momento em que ela começou a ser pensada.

Remontar-se-á, para os tempos mais próximos, à actividade levada a cabo pelo Centre Pierre Paris, a que já tive oportunidade de me referir no volume de homenagem a Pierre Sillières⁷. Depois de os investigadores desse Centro haverem apresentado panorâmicas de aspectos específicos do período romano na Península Ibérica (o papel do exército, as características das *villae*, as vias da Hispânia meridional, a singularidade da Galícia, a *terra sigillata*...); após

terem sido estudadas uma cidade (*Conimbriga*) em todos os seus aspectos e uma *villa* (São Cucufate, Vidigueira) – enquanto parte da equipa luso-francesa enveredou pelos estudos económicos (*garum*, vinho, azeite...)⁸, Jorge de Alarcão prosseguiu uma linha de pesquisa que já encetara com os seus estudantes de Arqueologia, nomeadamente na cadeira de Seminário: o território – dos castros, das cidades, dos povos⁹. Estavam de moda na época a chamada «teoria dos lugares centrais»; a aplicação no terreno dos ‘polígonos de Thiessen’; a determinação do território de meia-hora, de uma hora... E foi nessa direcção que encaminhou os seus doutorandos e mestrandos¹⁰, inclusive em relação a períodos anteriores ao romano¹¹ e posteriores¹².

Maria Manuela Martins seria uma das primeiras, estudando o vale do Cávado¹³, na intenção – se bem a interpreto – de se verificar se uma bacia hidrográfica, em tempo de Romanos, manteria alguma homogeneidade.

A Sande Lemos coube, pois, um vasto território pleno de incógnitas, enquanto que, por exemplo, João Pedro Bernardes iria ocupar-se do *ager* de *Collippo*¹⁴, uma cidade que já merecera atenção por parte da equipa do Instituto de Arqueologia de Coimbra, ao tempo de João Manuel Bairrão Oleiro¹⁵; e João Vaz se interessaria por Viseu¹⁶, *civitas* certamente, encruzilhada de vias sem dúvida, mas cujo nome – depois de tantas conjecturas – só agora parece conhecer-se por, no seu núcleo urbano inicial, se haver encontrado a ara dedicada a uma divindade cujo epíteto é *Vissaieigus*¹⁷.

A essa perspectiva científica que então se fazia sentir juntou-se, pois, o grande conhecimento que Sande Lemos já lograra obter do território em apreço e, sobretudo, uma enorme curiosidade: como é que – depois da investigação levada a efeito por Alain Tranoy para a zona ocidental, a Galícia – os povos aí se haviam entrelaçado; de que recursos tinham lançado mão; como se organizaram no território, uma vez que havia referências epigráficas a «organizações suprafamiliares» (para usarmos de uma expressão criada por María de Lourdes Albertos¹⁸), a *castella*, *centuria*¹⁹, *gentilitates*... E inscrições dedicadas por *gentes* e por *vicani*... Como é que toda esta nomenclatura se organizaria, política, administrativamente e no terreno: arbitrariamente ou seguindo uma hierarquia? Onde acabavam os *Gallaeci* e onde começavam outras ‘etnias’ – e quais? Que papel estruturante exercera uma via de tamanha importância como a de *Bracara*

Augusta a Asturica Augusta? E este interesse inicial dos Romanos – dedutível, dentre outros elementos, desses epítetos *Augusta...* – ficou a dever-se apenas à proximidade dos belicosos Ástures?

Para além do papel de *Bracara*, para a zona mais a oriente que motivos tinha Roma para se interessar vivamente pelo território? Sim, *Aquae Flaviae* e todo o seu termo são bem sintomáticos quanto ao magnetismo das águas termais, sempre apreciadas. E depressa se terá descoberto Trêsminas e a sedução do ouro...

Sedução completa, portanto, também para o arqueólogo-historiador. E haveria que percorrer atalhos, investigar indícios, perscrutar muros alinhados e pedras almofadadas e, de preferência, com letras inscritas...

Francisco de Sande Lemos meteu pés ao caminho. Durante anos e anos. Desse aturado caminhar brotou, cristalino, este livro.

Temas e conclusões

Há obras que – como a *Bíblia* ou o *Corão* – proporcionam, no plano histórico-cultural, um caudal de informações tão abundantes que inesgotável se nos apresenta, impossível de abarcar na sua totalidade. Assim, a dissertação de Francisco de Sande Lemos.

Estamos perante o panorama dinâmico da ocupação humana de um território. Um território difícil, porque acidentado, desprovido de vias de comunicação, dotado de clima agreste; mas que, não obstante tudo isso, foi ocupado e organizado. Teve gentes desde as mais remotas eras – que se identificaram entre si; que se identificaram para os outros (e embrenhamo-nos, aqui, no domínio político-social) e para os vindouros (o campo dos epitáfios); que honraram os seus deuses... Ficámos a saber como, em determinada época, em determinado território, viveram pessoas e deixaram vestígios arqueológicos e, até, pedras escritas. Aqui entra a Epigrafia, pois, além do mais, essas pedras escritas se revestem de dificuldade: são em granito, escassas (apesar de tudo, nós que-remos sempre mais!...), mas também elas fecundo manancial!...

Tivemos, já se disse, um Abade de Baçal (1865-1947), pastor de almas, palmilhador de caminhos no seu múnus pastoral e, também, no seu múnus de cultura; eivado já da nossa modernidade, dos que pensamos que não são apenas os sentimentos religiosos a trazer a felicidade ao Homem, mas também toda uma atitude cultural, de respeito pelo passado, de preservação das nossas raízes – temas, aliás, que Francisco de Sande Lemos tem abordado perspicazmente na sua multímoda bibliografia. O Abade de Baçal, como Leite de Vasconcelos, como Abel Viana... As épocas eram outras e tanto as *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*²⁰ como *As Religiões da Lusitânia* constituem 'documentos' inesgotáveis. Foi, aliás, nessas bases que Alain Tranoy, procedendo a releituras e calcorreando o território, alicerçou a sua *La Galice Romaine* (Paris, 1981), síntese feita a partir de documentos (nomeadamente epigráficos) bem estudados, embora nem sempre esse estudo aí venha explicitado. Sentiu Francisco de Sande Lemos essa dificuldade, porventura minorada pelo constante intercâmbio de informações com Patrick Le Roux e Alain Tranoy.

Continuaram, como se disse, os padres Belarmino Afonso e António Mourinho²¹ a tradição eclesiástica desse importante pendor cultural. Mas havia ainda muito por fazer. O catálogo epigráfico do Museu de Bragança, por exemplo, está longe de ser hoje utilizável e quão rico não é o acervo desse museu!...²²

Dir-se-á que melhor sorte tem Chaves, cuja epigrafia tem estudado Antonio Rodríguez Colmenero²³. Talvez também aí a fantasia interpretativa tenha levado a palma à análise em que o rigor e a cautela deveriam ter sido palavras de ordem...

Não se pode considerar epigraficamente muito rica a zona que Francisco de Sande Lemos estudou. Pelo menos, no estádio actual da pesquisa. O caso da epigrafia rupestre, por exemplo, e sem nos deixarmos levar por alguma imaginação de Rodríguez Colmenero²⁴, é sintomático: muito haverá ainda por descobrir e, sobretudo, interpretar.

De 1980 a 1987, foi Francisco de Sande Lemos «director designado» do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte e teve, por isso, grande intervenção na área do património. Aliás, se uma dissertação de doutoramento é um trabalho de

índole científica a apreciar, o que está em causa não é, apenas, este trabalho, mas também o seu autor, a sua múltipla experiência que lhe permitiu tocar, digamos assim, as mais importantes teclas da Arqueologia nacional: o Paleolítico, a arte rupestre do vale do Tejo, a gestão do património, a divulgação... e, agora, a Arqueologia Romana. E foi sobretudo a sua experiência de director regional irrequieto que o levou a transformar-se num profundo conhecedor do terreno (como as suas próprias mãos – e não é esta uma figura de estilo!), o que amplamente se reflecte na sua meticulosa, organizada e (ousaria dizê-lo!) exaustiva dissertação – um marco notável na investigação histórica, mesmo a nível nacional, atendendo aos inovadores critérios de análise de que lançou mão e que soube manusear a contento.

Sobre o período proto-histórico, concluiu:

«Num patamar de grande prudência diríamos, apenas, que o território de Trás-os-Montes Oriental, tal como Zamora Ocidental, no primeiro milénio a. C., configura-se como um espaço de confluências, faixa fronteiriça, onde se embatem ou se diluem movimentos culturais» (vol. Ia, p. 268).

Cientificamente, compreende-se o apelo à «grande prudência»; contudo, o que vemos em tempo de Romanos confirma cabalmente esse «espaço de confluências», pacíficas, em perfeita simbiose, diríamos. A questão reside – e Francisco de Sande Lemos sublinha-o – no facto de ter observado, para essa época anterior aos Romanos, uma «diversidade do povoamento», em que entram em linha de conta, influentes, a ecologia, o substrato étnico e a evolução cultural (*ibidem*, p. 268-271). Sim, «no canto meridional de Trás-os-Montes, quase árido [...], a continuidade do povoamento poderá ter sido condicionada por factores de ordem ecológica (acentuado défice hídrico)»; daí, a rarefacção dos povoados e o seu longo espectro cronológico (*ibidem*, p. 271). Mas terá correspondido a uma diversidade étnica essa diversidade de matrizes no modo de ocupar o território? – é questão que o autor aí deixa em aberto. Haverá mesmo essa «área dos *castella*», no «espaço limítrofe oriental do *conventus Bracaraugustanus*», ou seja, na faixa ocidental de Trás-os-Montes, estruturado principalmente em «grandes e médios povoados fortificados», «arquitectura defensiva imponente, muralhas cuidadas e bem preservadas» (vol. I b, p. 461), e uma «área das *gentilitates*», a contrapor-se-lhe, modelo típico de Ástures,

Cântabros, Vaceus, Vetões e Celtiberos, entre os quais predominaria a «organização em *gentes*, *gentilitates* e uma estrutura ainda mal definida expressa em genitivos de plural» (*ibidem*)?

Há, pois, questões terminológicas a resolver, dado que, como muito bem salienta Francisco de Sande Lemos, «a fluidez de certos conceitos, as hesitações dos textos literários e as variantes terminológicas detectadas nas epígrafes – os Zoelas surgem catalogados ora como *populi*, ora como *gens*, ora como *civitas* – revelam comunidades em mutação num processo endógeno, com uma dinâmica própria, integradas, no final do século I a. C. no quadro de um *imperium*, de uma organização de tipo superior, estatal» (*ibidem*, p. 463). Acrescente-se que o evidente relacionamento – ainda que registado mais a sul, no aro da *Civitas Igaeditanorum* – entre o nome de um indígena (*Polturius*), a designação da sua *gentilitas* (*gentilitas Polturiciorum*) e o epíteto da divindade protectora (*Asidia Poltucea*) pode igualmente vir trazer mais luz sobre esta orgânica social aparentemente fluida, claramente autóctone, independente dos poderes centrais, ou melhor, gizada inteiramente sem a sua intervenção²⁵.

Três tópicos de mais reflexão

1

A Senhora da Hedra

Da Senhora da Hedra [n.º 56, «Casarelhos», vol. II a, p. 83-85], local emblemático que tivemos ensejo de visitar juntos, provieram ex-votos únicos: um sem indicação de divindade, sintoma de que ali era santuário; outro, perdido – ou, quiçá, ainda metido nalguma parede... – dedicado *Bandue* («a Bândua») por um *Cornelius Oculatus*. Curiosamente, no *Santuário Mariano*, a grafia é *Bandu.e* – o que nos sugeriria comparação com *Bandu Vordeaeco*, de Ribeira da Pena, que com o autor tive ocasião de estudar²⁶. *Bandu* é, para mim, substantivo e, se outros argumentos não houvera, aqui estava mais um: o epíteto

vem grafado em sigla. E um motivo mais para, de futuro, se perscrutar o sítio com um olhar mais atento, pois a povoação de Cova da Lua nasceu na encosta onde se encontram as ruínas da ermida (Fig. 1) e, a dada altura, certamente devido a moléstia grave, passou-se toda para a outra encosta, mais soalheira e acolhedora quiçá.



Fig. 1 – Ruínas da ermida da invocação de Nossa Senhora da Hedra. As casas que se vislumbram atrás são da aldeia de Cova da Lua. Foto gentilmente cedida por Armando Redentor.

2 Religião e poder

O «diálogo» (digamos assim) entre crenças indígenas e crenças do povo invasor também aqui se concretizou. Francisco de Sande Lemos parece criticar quem insiste sobre o predomínio do culto a divindades indígenas e a cada passo refere também os testemunhos do culto (inclusive oficial) a I. O. M. (Júpiter Ótimo Máximo). A opinião de Patrick Le Roux, atrás citada a propósito de

Júpiter sob a invocação de Municipal, terá, pois, de ser tida em conta, numa lógica de melhor compreensão deste fenómeno da aculturação, em que os símbolos patentes nas epígrafes – e estou a pensar, por exemplo, no teixo representado na ara dedicada a *Aernus*²⁷ – vão merecer igualmente maior atenção, pelas relações, que não serão meramente estéticas, com os povos circunvizinhos. Aliás, também não será de somenos verificar que, numa das aras de Alcains a que atrás se fez referência, o tríscolo (tão vulgar nas estelas ditas de «tipo Picote») (Fig. 2 e 3) parece estar intimamente conotado com a *gentilitas* e sua divindade...



Fig. 2 – Tríscolo, em baixo-relevo, patente no capitel da ara à divindade indígena *Asidia*, identificada em Alcains (*ager Igaeditanus*). Foto do autor.



Fig. 3 – Estela de Castro de Avelãs, com tríscolo. Foto de Armando Redentor (o. c., est. VII, n.º 26).

E o culto imperial? Tivemos oportunidade de reflectir em conjunto perante o «pseudo-miliário» de Gostei²⁸ e justamente é realçada, na dissertação, a sua importância como monumento público de Castro de Avelãs (vol. I b, p. 388). Castro de Avelãs onde o «aparecimento» de conceituado mosteiro medieval não é, decerto, uma iniciativa... inocente! Aliás, talvez venha a talhe de foice referir uma questão que Patrick Le Roux colocou:

«Si la localisation du chef-lieu de la cité est bien à Castro de Avelãs, il est indispensable, me semble-t-il, de réviser les limites du *conventus Asturum* dans cette zone, telles qu'elles ressortent de la carte de TRANOY, *Galice*: en effet, l'agglomération capitale s'y trouve en position excentrée, à cheval sur la limite ou presque»²⁹. Uma questão a que, se bem a interpreto, a sua dissertação responde cabalmente, embora eu não acredite – inclusive por comparação com a actualidade – que uma capital deva necessariamente ocupar um lugar central...

Mas, voltando ao culto imperial, parece, de facto, não se sentir necessidade desse culto no Nordeste transmontano. A tónica rural – característica dominante da região – poderá não ter deixado espaço, não fazer sentir a necessidade de um referencial político central.

3

O mosaico de «povos»

Assiste-se, por conseguinte, ao que poderíamos chamar um «mosaico de povos», dando a este vocábulo um significado muito genérico, sem qualquer conotação sociopolítica – que não é, de resto, possível atribuir-lhe.

Foi, por exemplo, importante ter-se confirmado a autenticidade do *terminus* entre os OBILI[...] e os TREB[...], em Sanfins, que Emílio Hübner aventara não ser da época romana³⁰. São bem do século I da nossa era e o estratagema da direcção da paginação é... um achado! Quem seriam os *Obili* e os *Trebili* (?) é, no entanto, uma questão de solução difícil, por enquanto.

De um possível santuário no Baldoeiro (vol. II a, n.º 665), freguesia de Cardanha (Torre de Moncorvo), proveio a ara dedicada a Júpiter Ótimo Máximo, em cuja designação, ainda que de leitura incerta devido ao mau estado da superfície epigrafada, se salienta estreita relação com uma *civitas Baniensis* (ou *Banien-sium*), cuja 'capital' Francisco de Sande Lemos afirma poder localizar-se, com alguma probabilidade, «em Santa Cruz da Vilarça (Cat. 667, p. 344), também chamada Vila Velha da Derruída, um *habitat* fortificado abandonado do vale da

Vilariça» (vol. I b, p. 389). Desse mesmo concelho, na freguesia de Cabanas de Baixo, se identificou outra inscrição dedicada à mesma divindade, mas pelos *vicani Illex*[...?] ³¹.

E há mais dúvidas a solucionar, nomeadamente se tivermos em conta novos achados e lermos com atenção as propostas de interpretação apresentadas por Rodríguez Colmenero, dado que, como ele próprio sublinhou ³², se trata de um «tema apaixonante», «tanto más cuanto que las fuentes textuales suministran precários datos para el esclarecimiento de esa cuestión, por lo que son los nuevos hallazgos epigráficos los únicos documentos que pueden permitir un avance sério en este campo» (p. 271).

Nesse estudo epigráfico, para além do texto em si (onomástica, formulários...), os aspectos tipológicos e decorativos não-de ser tidos em consideração, de forma a encontrar influências, semelhanças, tiques próprios ou comuns...

Poderão detectar-se tendências demográficas, ainda que se não acredite já, nesse âmbito, em análises de tipo estatístico ou da média de vida: um caso é o do cemitério dos *officiales* de Cartago ³³, onde há homogeneidade, um núcleo bem definido de pessoas; outro é o de uma região como a transmontana, em que a amostra não é minimamente significativa...

Regista-se, sem dúvida, notável predomínio da onomástica latina, usada, porém, à moda indígena. E surpreende a riqueza decorativa das estelas brigantinas: ele é a espiral – como que a simbolizar a cabeça do defunto (numa perspectiva antropomórfica) ou o Sol, o movimento, o poder; ele é o *torques* que a envolve; ele é a preocupação do enquadramento do texto; ele são, no registo inferior, as portas, os animais estilizados... Engenhosa, credível e bem provida de sentido a sua explicação: em cima, o mundo divino; em baixo, o Além; no meio, a vida consubstanciada num nome, numa idade. Ecos pré-romanos? Elos com a vizinha León? Terão unido os hábitos culturais etnias administrativamente distintas?

Um exemplo

Para se ajuizar do interesse documental deste ingente trabalho levado a cabo por Francisco de Sande Lemos, que me seja permitido aduzir um exemplo, colhido realmente ao acaso: o n.º 634 do Catálogo do distrito de Bragança (vol. II a, p. 265-266).

Identificado como Cabeço de Vale de Telhas (Cabeço da Mochicara), com as coordenadas 274.5 e 517.3, o sítio (da freguesia de Vale de Telhas, concelho de Mirandela) é descrito como «grande povoado, instalado num cabeço sobranceiro ao Rio Rabaçal e situado no rebordo ocidental do planalto de Rebordelo». Acrescenta-se:

«As condições de defesa natural são fracas, mas o posicionamento estratégico é excelente, dominando um trecho do vale do rio e o trajecto da via romana. Observam-se panos de muralhas dispersos, sem definirem um conjunto lógico, admitindo-se a possibilidade de serem tardias. O seu aparelho é formado por blocos de pedra picada (granito). Notam-se alicerces de habitações. O material da época romana é muito abundante: *tegulae*; *imbrices*; tijolos; dólios; cerâmica comum romana.»

E, depois de aludir à ara aí encontrada e hoje guardada no Museu Nacional de Arqueologia, dedicada a Júpiter Ótimo Máximo por *Publius Aelius Flaccinus*, um dos raros casos da região em que o dedicante se identifica com os *tria nomina* e, ainda por cima, com o *praenomen* por extenso³⁴, admite «como provável a possibilidade de este povoado corresponder a uma *mansio*, concretamente a *Pinetum*, citada no Itinerário de Antonino». Aliás, explicitara antes que «a nordeste deste povoado, a cerca de quinhentos [metros] passava a via XVII»; e, na ficha seguinte («Vale de Telhas», n.º 635), refere-se a existência de dois miliários.

Compreende-se que, perante conjunto tão denso de informação, disperso por tantos volumes, Francisco de Sande Lemos se haja esquecido de remeter para a p. 307 do vol. I b, onde, precisamente no quadro da rede viária, explicita as razões desta importante identificação de Cabeço de Vale de Telhas com a *mansio Pinetum*: a grande extensão do povoado; a ara a Júpiter; o facto de se ter mantido, na margem esquerda do Rio Rabaçal, uma albergaria em época

medieval, conforme se lê nas Inquirições de D. Afonso III, segundo as quais os habitantes da Quinta da Ponte «tinham por obrigação manter a ponte e instalar uma albergaria» (cf. vol. II a, n.º 636, p. 267); a circunstância de o pinheiro (*Pinus Pinaster*) – *pinetum* significa, em Latim, «pinheiral» – ter feito parte da floresta natural da região, inclusive por ser «uma espécie que se adapta bem às características de uma ecologia de transição, como é o caso do vale do Rio Rabaçal, na zona em causa». Para além dessas, uma outra razão se aduz: a possibilidade de, assim, bater certo a contagem de milhas no referido Itinerário. Diga-se, a propósito, que, em 1974³⁵, Jorge Alarcão propusera a localização de *Pinetum* «próximo de Lebução», ainda que autores houvesse a situá-la «em Pinheiro Velho, a N. N. E. de Vinhais» (p. 102 e 103), enquanto que, em 1988³⁶, aponta que a referida *mansio* «poderia situar-se» entre a Quinta dos Picões (Bouçoães, Valpaços) e Vinhais, ainda que não haja, «porém, entre os dois pontos, vestígios que sugiram o local onde ficaria esta *mansio*» (p. 96). Segundo tudo leva a crer, Francisco de Sande Lemos terá resolvido a contento essa questão.

E, já agora que estamos em maré de localizações, uma vez que esse trabalho de 1988 de Jorge Alarcão tem um II volume³⁷, onde se cartografam os sítios e se indica, mui sumariamente, o que de cada um então se conhecia, cotejemos o que aí se diz com o que Francisco de Sande Lemos sistematizou. Assim, entre os números 2/52 e 2/53 (p. 42 do vol. I, fasc. I), coloca Cabeço da Mochicara (freguesia de Vale de Telhas) assinalando apenas a ara a Júpiter, enquanto que, sob a entrada Vale de Telhas (2/50), alude ao achamento de seis miliários, assim como de «pedras lavradas, alicerces, cerâmica de construção e doméstica, pesos de barro, mós» e a «uma ponte que seria romana». Nada mais seria de solicitar, é certo; contudo, por este simples cotejo se vê do real interesse do labor aqui levado a efeito.

E se, no que aos monumentos epigráficos diz respeito, procurarmos «Vale de Telhas» na base de dados da Península Ibérica – <http://www.eda-bea.es> – apenas encontraremos os registos n.ºs 16 915 (como dedicatória aos Césares Constantino e Constante) e 16 916 (miliário de Maximino). Ora, Francisco de Sande Lemos dá conta, na p. 267, da existência, em Vale de Telhas, de dois miliários, sim, esclarecendo mesmo onde os viu, mas informando que o primeiro,

«dos imperadores Maximino e Máximo», tem «uma inscrição em que se mencionam obras na via e nas pontes» e «teria sido trazido do Pontão dos Pocaços, onde foi registado por Távora e Abreu». Do segundo marco diz que «nunca foi lido por um epigrafista, sendo difícil a análise da inscrição sem uma prévia limpeza», admitindo, porém, a possibilidade de «assinalar a milha XXI, desde *Aquae Flaviae*». São minudências, dir-se-á; contudo, dessas ‘minudências’ se faz a História e a certeza das fontes é que permitirá deduzir válidas conclusões.

E... se fizéssemos uma pesquisa na Internet? Lá está, no endereço da Junta de Freguesia local – <http://www.valedetelhas.com/> –, uma informação a conjugar com as anteriores:

«Existem 4 miliários. Um encontra-se junto à Fonte Romana, e faz parte da “estrada” que ligava *Bracara Augusta* a *Asturica Augusta*, que passava junto de Vale de Telhas. Outros dois, do tempo do Imperador Maximiano, junto à Ponte Romana. Um quarto, também junto à Ponte Romana, do Imperador Numeriano.»

Restava-me a consulta da mais recente obra monumental de Antonio Rodríguez Colmenero³⁸. Em Vale de Telhas – que grafa Valdetelhas – assinala a existência de: um miliário de Galério (N.º 106, p. 191) [não é Galério mas sim Gaio Valério Maximino]; um outro, de Numeriano (N.º 107, p. 192); um terceiro, de Maximino e Máximo (N.º 108, p. 192-193) [o que refere as obras de reparação atrás citadas: *vias et pontes vetustate corruptas...*]; um quarto, a Constantino II (N.º 109, p. 193); e dois anepígrafos (N.ºs 111-112, p. 195) [o primeiro dos quais já referido por E. Hübner: CIL II 4794].

Por outro lado, não será despidiendo saber que Luís GMG [vide http://www.geneall.net/P/forum_msg.php?id=234725] anda, há algum tempo, a tentar «encontrar informação genealógica sobre a família PINHEIRO da Casa da Fonte em Vale de Telhas». «Gostava de poder saber mais», acrescenta, «sobre a ascendência do Padre ANTÓNIO PINHEIRO, filho de Miguel Pinheiro e de D. Maria Borges, ambos referenciados como “naturais de Vale de Telhas”, pois «nesta família houve uma carta de armas para Pinheiro e Cardosos, sendo passada a Francisco Rodrigues Pinheiro de Aguiar, na 2.ª metade do séc. XVIII». Não estará aqui mais uma prova para situar aí a *mansio Pinetum*?

Conclusão

Não faltam, pois, temas de reflexão, sugestões de esclarecimento acerca dos dados de que se dispõe, neste «primeiro patamar» que Francisco de Sande Lemos foi capaz de «construir em bases sólidas» «para o conhecimento da Idade do Ferro e da romanização de Trás-os-Montes Oriental» (vol. I – b, p. 514).

É verdade que «o volume das conclusões adquiridas é ínfimo, quando comparado com o prodigioso número de hipóteses em aberto, que foram apresentadas ao longo do texto» (*ibidem*); mas é justamente esse «prodigioso número» que deve, agora, ser confrontado «com a realidade crua de novos dados», acrescenta o autor, no receio, confessado, de que tal não venha a acontecer «por falta de iniciativas, de apoio e de projectos». Além disso, «vítimas de múltiplas patologias», os numerosos sítios assinalados «morrem aos poucos», afirma:

«Se prosseguir o actual ritmo de destruições, dentro de vinte anos terá desaparecido uma percentagem substancial dos sítios citados».

Foi esse «mau presságio» que deixou, na última linha do seu texto (p. 514).

Vinte anos passaram já e... permita-se-me que não partilhe dessas “nuvens negras”. Recordo amiúde a frase dum escritor, que foi, por sinal, docente de História na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, bragançano dos quatro costados, Augusto José Monteiro:

«Não te esqueças que é nos céus cinzentos que aparece o arco-íris»³⁹.

Também não perfilho a sua – pelo menos aparente – desilusão quanto aos resultados obtidos. Que são muitos, que são valiosos, como se viu através desta mui singela análise, hipóteses inovadoras e bem documentadas, com um “saber de experiência feito”⁴⁰.

Notas

¹ Refira-se, porém, que, na introdução (p. 17), Francisco de Sande Lemos, depois de afirmar que conseguiu organizar «um catálogo acessível, de leitura ordenada e consulta fácil, sem perda de informação essencial», acrescenta: «Os ficheiros integrais (bases de dados informatizados) encontram-se à disposição dos investigadores interessados ou das entidades empenhadas na defesa dos valores arqueológicos».

² Vide José d'ENCARNAÇÃO, «Padre Belarmino, um homem da cultura», *Brigantia* XXVI 2006 713-718. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/10760>.

³ REDENTOR (Armando), *Epigrafia Romana da Região de Bragança*, Lisboa, 2002.

⁴ Ver, a título de exemplo: José d'ENCARNAÇÃO e Mónica SALGADO «Inscrição funerária romana de Duas Igrejas», *Tierra de Miranda* (Revista do Centro de Estudos António Maria Mourinho), 3, 2008, 77-79. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/10751>.

⁵ Aliás, o próprio Sande Lemos voltaria, pouco depois, a debruçar-se sobre este povo: «Zoelas e civitas Zoelarum: uma unidade étnica no quadro da romanização do Noroeste», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 35(2) 1995 = *I Congresso de Arqueologia Peninsular, Actas*, VI, 295-310.

⁶ *La Romanización de los Conventus Asturum, Bracaraugustanus y Lucensis: Su Estudio Epigráfico*. Tese de doutoramento apresentada, sob orientação do Prof. M. Rabanal Alonso, na Área de História Antiga (Departamento de Estudos Clássicos, Faculdade de Filosofia e Letras, Universidade de León), em 1996. Tem o volume de síntese 1398 páginas; os outros volumes servem de anexos, contendo o *corpus* epigráfico de cada um dos referidos *conventus*, com os correspondentes volumes de fotografias, a que se segue um somente com os miliários e um último com o «repertório cartográfico». Pretendeu a autora «ofrecer de uma forma coerente y ordenada el grado de integración de dos sociedades, la indígena y la invasora, que con idiosincracias diferentes, conviven y avanzan juntas» (p. 7 do Prólogo), desde o século II a. C. à queda do Império Romano do Ocidente, no século V. A imensidão dos dados acumulados tornou, também aqui, impossível a publicação integral dos resultados obtidos, ainda que a autora haja publicado, pela mesma altura, alguns textos em que assume conclusões a que chegou na sua investigação: «Los diferentes artes y oficios en el Noroeste hispano-romano», *Conimbriga* 34 1995 147-168; «La epigrafía como fuente de conocimiento para la romanización del suroeste del *conventus Asturum*», *Brigantia* 16 (1/2) 1996 75-95. Sónia García coloca-se, pois, numa perspectiva predominantemente cultural.

⁷ ENCARNAÇÃO (José d'), «O miliário como documento», *Pallas* 82 2010 385-394. Permita-se-me que omita, aqui, as referências bibliográficas relativas, pois que facilmente se poderão encontrar nesta nota, disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/13349>.

⁸ Recordar-se-ão as publicações de ÉTIENNE (Robert) e MAYET (Françoise), todas elas editadas em Paris por De Boccard: *Itinéraires Lusitaniens (Trente années de collaboration archéologique luso-française)*, 1997; *Le Vin Hispanique*, 2000; *L'Huile Hispanique*, 2002; *Les Salaisons et Sauces de Poisson Hispaniques*, 2004.

⁹ Aliás, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, saudoso docente da Faculdade de Letras do Porto, orientara nesse sentido Carlos Alberto Brochado de Almeida, que viria a defender, em 1996, a dissertação de doutoramento em Pré-História e Arqueologia intitulada *Povoamento Romano do Litoral Minhoto entre o Cávado e o Minho*. Faculdade de Letras. Porto. E Maria de Fátima Matos da Silva viria a publicar, em 1994, na série dos Cadernos de Arqueologia

e Património, da responsabilidade da Câmara Municipal de Paredes de Coura, o resultado da sua investigação sob o título *O Povoamento Proto-histórico e a Romanização da Bacia Superior do Rio Coura: Estudo, Restauro e Divulgação*.

¹⁰ Refira-se, a título de exemplo, um dos trabalhos que foi publicado: OSÓRIO (Marcos), *O Povoamento Romano do Alto Côa*, n.º 1 da Coleção *Territoria*, Câmara Municipal da Guarda (NAC), Abril de 2006.

¹¹ Cite-se, de Raquel VILAÇA, *Aspectos do Povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos Finais da Idade do Bronze*, Trabalhos de Arqueologia 9, Departamento de Arqueologia do IPPAR, 2 volumes, Lisboa, 1995.

¹² É de sua autoria *In territorio Colimbricie: lugares velhos (e alguns deles, deslembados) do Mondego*, Trabalhos de Arqueologia 38, IPA, Lisboa, 2004.

¹³ A sua dissertação, defendida a 9.12.1987, foi publicada: *O Povoamento Proto-histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cavado*, Cadernos de Arqueologia (Monografias), Universidade do Minho, Braga, 1990.

¹⁴ BERNARDES (João Pedro), *A Ocupação Romana na Região de Leiria*, Universidade do Algarve, Faro, 2007. (Tese defendida a 14-6-2002).

¹⁵ Veja-se ALARCÃO (Jorge de) e OLEIRO (J. M. Bairrão), «Escavações em S. Sebastião do Freixo (concelho da Batalha)», *Conimbriga* 8 1969 1-12.

¹⁶ VAZ (João L. Inês), *A Civitas de Viseu – Espaço e Sociedade*, Coimbra, 1997.

¹⁷ Cf. o que escrevi no citado texto de homenagem a Pierre Sillières, mormente as pp. 389-390, onde cito a bibliografia fundamental, de FERNANDES (Luís S.), CARVALHO (Pedro Sobral) e FIGUEIRA (Nádia): «Uma nova ara votiva de Viseu, Beira Alta, Portugal» *Sylloge Epigraphica Barcinonensis*, VI 2008 185-189; e «Divindades indígenas numa ara inédita de Viseu», *Palaeohispanica* 9 2009 143-155.

¹⁸ ALBERTOS FIRMAT (María de Lourdes), *Organizaciones Suprafamiliares en la Hispania Antigua*, Valladolid, 1975.

¹⁹ O significado exacto do C invertido era, então, e continua a ser motivo de polémica: cf., além de outros: LE ROUX (Patrick) e TRANOY (Alain) «*c* le mot et la chose. Contribution au débat historiographique», *Lucerna (Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão)*, Porto, 1984 239-255 (= *Archivo Español de Arqueología*. 56 1983, p. 109-121).

²⁰ 11 volumes (1910-1948), Porto, Tip. Empresa Guedes. Do ponto de vista da Arqueologia, merecem mais atenção os volumes 9.º (1934), 10.º (1938) e 11.º (1948).

²¹ Deste último, pode ver-se, por exemplo, *Epigrafia latina aparecida entre Sabor e Douro desde o falecimento do Abade de Baçal – 1947*, Bragança, 1988, opúsculo que constitui separata dos textos publicados em *Brigantia*: 6 1986, p. 3-36; e 7 1987, p. 101-132.

²² Vide José d'ENCARNAÇÃO, «Abade de Baçal, epigrafista», *Actas do Colóquio O Abade de Baçal*, Bragança, 1999, 17-23. [Note-se que este texto saiu incompleto].

²³ RODRÍGUEZ COLMENERO (Antonio), *Aquae Flaviae. I: Fontes Epigráficas*, Chaves, 1987 (Apêndice fotográfico: Chaves, 1988), 21997 [com novo subtítulo: I. *Fontes epigráficas da Gallaecia meridional interior*; II. *O tecido urbanístico da cidade romana*]. Sobre uma das epígrafes mais emblemáticas desse acervo flaviense, onde apenas se lê IOM / MVNI / CIPALIS se debruçou Patrick Le Roux: «*Hapax* ou question d'épigraphie locale? *Municipalis* à *Aquae Flaviae* (AE, 1973, 305)», *Conimbriga* 47 2008 113-126; e valerá a pena salientar duas das

principais conclusões a que chegou: primeira, a invocação estará em vocativo, à boa maneira clássica, «cher aux vieux Romains et à la langue de Caton et plus encore adaptée à la prière» (p. 125); segunda: não se trata, seguramente, de um *votum*, «c'est pourquoi on doit imaginer ou une *aedes* dans un monument voué à l'empereur ou plus vraisemblablement un lieu religieux associé à l'édifice municipal par excellence, la curie» (p. 124).

²⁴ RODRÍGUEZ COLMENERO (Antonio), *Corpus-Catalogo de Inscripciones Rupestres de Época Romana del Cuadrante Noroeste de la Península Ibérica*, A Coruña, 1993.

²⁵ Cf. ENCARNAÇÃO (José d'), «Dos monumentos epigráficos da *civitas Igaeditanorum*», *Praça Velha* [Guarda] 26 2009, p. 168. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/12236>. O estudo das aras a que aí se faz referência, «Duas aras votivas romanas em Alcains», da autoria de António ASSUNÇÃO, José d'ENCARNAÇÃO e Amílcar GUERRA, já foi publicado na *Revista Portuguesa de Arqueologia* 12/1 2009, 177-189. Acessível em <http://hdl.handle.net/10316/14377>.

²⁶ «Ara votiva a Bandu Vordeaeco», *Ficheiro Epigráfico* 40 1992 n.º 179.

²⁷ Cf. ENCARNAÇÃO (José d'), «Eburobriga, 'cidade' do teixo», *Eburobriga* (Fundão) 5 2008 109-120 (sobretudo p. 113-115). Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/10236>.

²⁸ Cf. ENCARNAÇÃO (José d'), «Arqueologia e Epigrafia: uma complementaridade a potenciar», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 33 (1-2) 1993 313-327 (sobretudo p. 320-321).

²⁹ Cf. «*Deus Aernus*: CIL, II, 2607 = 5651 reconstitué», *Conimbriga* 31 1992 180.

³⁰ *Ephemeris Epigraphica* IX 275b e RODRÍGUEZ COLMENERO (Antonio), 1993, p. 14-15.

³¹ BAILARIM (Susana), «Dedicatória a Júpiter, de Torre de Moncorvo», *Ficheiro Epigráfico* 67, 2001, n.º 300. Fig. 4.



Fig. 4 – Ara dedicada a Júpiter pelos *vicani Illex...* [?], de Torre de Moncorvo. Foto de Susana Bailarim.

³² RODRÍGUEZ COLMENERO (António), «Nuevos *termini* territoriales entre unidades gentilicias galaico-romanas», in PEREIRA MENAUT (Gerardo) [edit.], *Actas del I Congreso Peninsular de Historia Antigua (Santiago de Compostela. Julio 1986)*, Santiago de Compostela, vol. II, 1988, p. 271-289.

³³ Cf. ÉTIENNE (Robert) e FABRE (Georges), «Démographie et classe sociale – L'exemple du cimetière des *officiales* de Cartage», *Recherches sur les Structures Sociales dans l'Antiquité Classique*, Paris, 1970, p. 81-97.

³⁴ A epígrafe foi apresentada na exposição sobre as religiões da Lusitânia, até porque constitui um bonito exemplar: tem, no frontão, a meio, um crescente vazado, de pontas para cima, ladeado de rosáceas hexapétalas; na face lateral direita, foi escavada uma cruz latina com pedestal quadrangular. Vide a respectiva ficha, com excelentes fotos (de frente e oblíqua), na p. 419 (sob o n.º 85), do catálogo: RIBEIRO (José Cardim) [coord.], *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 2002.

³⁵ ALARCÃO (Jorge), *Portugal Romano*, Lisboa, Editorial Verbo, 1974.

³⁶ ALARCÃO (Jorge), *O Domínio Romano em Portugal*, Mem Martins, 1988.

³⁷ *Roman Portugal – Gazetteer*, Aris & Phillips, Warminster, 1988.

³⁸ *Miliarios e Outras Inscricións Viarias Romanas do Noroeste Hispânico (Conventos Bracarense, Lucense e Asturicense)*, Consello da Cultura Galega (Sección de Patrimonio Histórico), Santiago de Compostela, 2004. (A obra tem como co-autores Santiago Ferrer Sierra e Rubén D. Álvarez Asorey).

³⁹ *Três Estórias (Pouco) Doces*, Editorial Caminho, Lisboa, 1992, p. 57.

⁴⁰ Este trabalho integra-se no projecto de investigação do grupo *Epigraphy and Iconology of Antiquity and Medieval Ages*, do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (Unidade I&D n.º 281 da Fundação para a Ciência e a Tecnologia).

Resumo

Não foi publicada a dissertação de doutoramento de Francisco Manuel Salgueiro de Sande Lemos, defendida a 25 de Outubro de 1993, na Universidade do Minho, intitulada *O Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*.

A originalidade do tema tratado pelo autor a partir da análise exaustiva das informações bibliográficas disponíveis, mas sobretudo com base na sua aturada experiência de campo ao longo de vários anos (foi, por exemplo, «director designado» do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte de 1980 a 1987) e o rico panorama que daí resultou – justificam esta reflexão acerca da relevância da pesquisa efectuada e, de modo particular, das pistas de investigação aí sugeridas e que, ainda hoje, se mantêm prenhes de actualidade.

Résumé

N'a jamais été publiée la thèse de doctorat de Francisco de Sande Lemos sur le peuplement protohistorique et romain de Trás-os-Montes Oriental (c'est-à-dire, des districts portugais de Bragança et Vila Real), soutenue le 25 Octobre 1993, à l'Université du Minho (Braga).

La somme énorme de renseignements y fournis si, d'une part, a constitué l'obstacle à sa publication intégrale, elle nous permet, d'autre part, encore aujourd'hui, d'essayer le bilan qui s'impose sur une région, malgré tout, un peu 'mystérieuse' et du point de vue de l'occupation de son territoire – au temps des *castros* et des Romains – et en ce qui concerne l'organisation des indigènes et leur acculturation vis-à-vis du Romain 'colonisateur'.

